

STJ00096595

FERNANDO DA COSTA  
TOURINHO FILHO

PROCESSO  
PENAL

3

**35ª edição**  
*revista e atualizada*

**2013**

 **Editora  
Saraiva**

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP

CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACIUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesse: www.saraivajur.com.br

## FILIAIS

### AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

### BAHIA/SERGIPE

Rua Agrigino Górea, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

### BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

### CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jocaerecongá

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

### DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

### GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

### MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

### MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

### PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

### PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Loureiro, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

### PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

### RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

### RIO DE JANEIRO/ESPIRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565

Rio de Janeiro

### RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farroupilhas

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

### SÃO PAULO

Av. Antônia, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-02184-6 obra completo

ISBN 978-85-02-19731-2 volume 3

Tourinho Filho, Fernando da Costa

Processo penal, volume 3 / Fernando da Costa  
Tourinho Filho — 35. ed. rev. e atual. — São Paulo :  
Saraiva, 2013.

1. Processo penal 2. Processo penal — Brasil I.  
Título.

CDU-343.1

## Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1

*Diretor editorial* Luiz Roberto Curia

*Gerente de produção editorial* Lígia Alves

*Editor* Jônatas Junqueira de Mello

*Assistente editorial* Silene Miranda de Sales

*Produtora editorial* Clárisa Boraschi Maria

*Preparação de originais* Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Maria Lúcia de Oliveira Gady

*Arte e diagramação* Cristina Aparecida Agudo de Freitas

*Revisão de provas* Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Renato Medeiros

*Serviços editoriais* Vinicius Azevedo Vieira

Maria Cecília Coutinho Martins

*Capa* Fernando Eric Tourinho Ostlund

*Produção gráfica* Maíli Rampim

*Impressão* Prol Editora Gráfica

*Acabamento* Prol Editora Gráfica

96 58 47

**Data de fechamento da edição: 1º-3-2013**

Dúvidas?

Acesse [www.saraivajur.com.br](http://www.saraivajur.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.  
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

125.085.035.001

961835

# Índice

Capítulo 33 — <b>RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS</b> .....	19
1. Noções gerais.....	19
2. Coisas que podem ser apreendidas .....	21
3. Coisas que não podem ser apreendidas.....	22
4. Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento .....	23
5. Coisas que podem e que não podem ser restituídas. Instrumentos do crime .....	25
6. A apreensão na hipótese do art. 19 da LCP .....	27
7. Produtos diretos e indiretos do crime .....	27
8. Restituição feita pela Autoridade Policial.....	29
9. Restituição feita pelo Juiz criminal.....	30
10. Direito do terceiro de boa-fé.....	31
11. Restituição de coisas facilmente deterioráveis.....	32
12. Coisas adquiridas com os proventos do crime .....	32
13. Destino dos objetos apreendidos.....	35
14. Coisas apreendidas em face de contrabando ou descaminho .....	37
15. Destino das coisas apreendidas ou sequestradas, quando se tratar de tráfico de substâncias entorpecentes, de acordo com os arts. 60 a 64 da Lei n. 11.343, de 23-8-2006 (nova Lei de Tóxicos) ....	37
Capítulo 34 — <b>DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS</b> .....	43
1. Generalidades .....	43
2. Medidas precautórias penais .....	44
3. Restituição, ressarcimento e reparação .....	45
4. O ofendido e as medidas assecuratórias.....	45
5. O sequestro .....	46

6. Embargos ao sequestro .....	49
7. Levantamento do sequestro .....	51
8. Sequestro de móveis .....	53
9. Sentença penal condenatória .....	54
10. Hipoteca legal .....	55
11. Pressupostos .....	56
12. Medida preventiva. O arresto do bem a ser hipotecado .....	59
13. Liquidação definitiva .....	60
14. Absolvição .....	61
15. Arresto de móveis .....	61
16. Bens fungíveis .....	64
17. Responsável civil .....	66
<b>Capítulo 35 — DO INCIDENTE DE FALSIDADE</b> .....	69
1. Origem da palavra <i>documento</i> .....	69
2. Razão de ser do incidente .....	70
3. Súmula do incidente .....	71
4. Procedimento .....	72
5. A remessa ao Ministério Público .....	73
6. Faz coisa julgada a decisão? .....	74
7. Legitimidade .....	74
8. O Juiz poderá suscitar? .....	75
9. O processo principal ficará suspenso? .....	76
<b>Capítulo 36 — DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO</b> .....	77
1. O fato típico .....	77
2. A antijuridicidade .....	78
3. A culpabilidade .....	79
4. A imputabilidade .....	80
5. A importância do exame .....	80
6. Critérios para se aferir a inimputabilidade .....	81
7. Os menores de 18 anos .....	82
8. Os amentais .....	82
9. A embriaguez .....	83
10. Critério biopsicológico .....	85
11. Comprovação da inimputabilidade .....	85

12. Oportunidade para o exame que comprove a insanidade .....	87
13. Legitimidade .....	88
14. Procedimento .....	88
15. Quesitos .....	90
16. A doença mental antes e depois da infração .....	91
17. Não vinculação do Juiz à perícia .....	92
<b>Capítulo 37 — DOS FATOS E ATOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>93</b>
1. Noções gerais. Fato e ato processuais.....	93
2. Os atos processuais. Conceito.....	95
3. Critérios para a classificação .....	95
4. Atos das partes.....	96
5. Atos dos Juízes .....	99
6. Atos dos Auxiliares da Justiça .....	101
7. Atos de terceiros .....	101
8. Atos simples e complexos.....	101
9. Termos .....	102
10. Audiências .....	103
11. Sessões.....	105
12. Limites de lugar .....	105
13. Limites de forma.....	107
14. Limites de tempo .....	111
15. Prazo .....	111
16. Preclusão.....	114
17. Espécies de prazo.....	116
18. Contagem dos prazos .....	117
19. Fixação do <i>dies a quo</i> .....	121
20. Prazos contínuos e preempatórios .....	125
<b>Capítulo 38 — DAS NULIDADES.....</b>	<b>127</b>
1. Noções preliminares .....	128
2. Ato inexistente.....	130
3. Atos nulos e irregulares .....	131
4. O ato inexistente, o ato nulo e a coisa julgada.....	133
5. A nulidade .....	136
6. Não há nulidade sem prejuízo.....	137

7. Irrelevância do ato .....	137
8. Atos e formalidades essenciais .....	138
9. A classificação dos atos e das formalidades .....	143
10. A incompetência, suspeição e suborno do Juiz.....	144
11. Ilegitimidade de parte .....	145
12. A omissão da peça acusatória ou da representação.....	146
13. Ausência de corpo de delito.....	148
14. Ausência de Defensor e Curador .....	148
15. A falta de intervenção do Ministério Público .....	151
16. A falta de citação do réu, do seu interrogatório, quando presente, e dos prazos concedidos à Acusação e à Defesa .....	154
17. A falta de pronúncia, libelo, e entrega da respectiva cópia.....	160
18. A falta de intimação do réu para a sessão de julgamento, quando não puder ser julgado à revelia .....	160
19. A falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	161
20. A falta de <i>quorum</i> para a instalação da sessão do Júri.....	162
21. A falta de sorteio dos jurados do Conselho de Sentença em número legal e sua incomunicabilidade .....	164
22. A falta de quesitos e das respectivas respostas .....	165
23. A falta de acusação e defesa na sessão de julgamento.....	169
24. A falta de sentença.....	172
25. Ausência do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido .....	173
26. A falta de intimação, nas condições estabelecidas na lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso .....	174
27. A falta de <i>quorum</i> nos julgamentos levados a cabo pelo STF e Tribunais de Justiça .....	176
28. Nulidades absolutas e relativas no CPP .....	177
29. Momento para a arguição da nulidade .....	180
30. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?.....	182
31. Quem pode arguir a nulidade? .....	183
32. Modos de sanabilidade.....	184
33. Pode haver nulidade em inquérito? .....	185
<b>Capítulo 39 — DA CITAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO ..</b>	<b>187</b>
1. Considerações gerais.....	188

2. Conceito.....	188
3. Órgãos da citação.....	190
4. Vinculação à instância. Haverá necessidade de se proceder à citação na execução?.....	191
5. Quem pode ser citado .....	191
6. Citação de incapazes.....	192
7. A citação como garantia individual .....	192
8. Pode o réu ser cientificado da acusação antes da citação?.....	193
9. Consequências do não atendimento à citação .....	194
10. Efeitos da citação válida .....	195
11. Espécies de citação .....	195
12. Citação por mandado. Requisitos intrínsecos e extrínsecos.....	196
13. Citação por meio de carta precatória .....	197
14. Pode o réu ser ouvido no juízo deprecado? .....	199
15. Precatória por telegrama .....	203
16. É possível a precatória por telefone? .....	203
17. Citação do militar .....	203
18. Citação do funcionário público.....	204
19. Citação do preso .....	205
20. Réu que se encontra no estrangeiro. Como se procede à citação. A rogatória. Haverá necessidade de legalização consular? O art. 210 do CPC .....	206
21. Citação em legações estrangeiras.....	207
22. A carta de ordem .....	208
23. Citação (ou notificação) por edital.....	208
24. Citação ficta. Crítica .....	209
25. As hipóteses em que se permite a <i>citatio edictalis</i> .....	218
26. Se o réu não for encontrado.....	219
27. Quando o réu se oculta .....	220
28. Quando o lugar em que estiver o citando for inacessível.....	221
29. Quando incerta a pessoa do citando.....	221
30. Quando o réu se encontrar no estrangeiro, em lugar não sabido ....	222
31. Como se procede à citação por edital?.....	222
32. Revelia. Hipóteses. Consequências.....	224
33. Das notificações e intimações.....	226
 Capítulo 40 — <b>DA PROVA</b> .....	 233
1. Noções preliminares .....	233

2. Prova emprestada.....	238
3. Liberdade de prova .....	239
4. Ônus da prova .....	268
5. Apreciação das provas .....	272
6. Das perícias em geral.....	276
7. Realização da perícia .....	286
8. Necropsia.....	289
9. Exumação .....	291
10. Exame complementar.....	291
11. Exames dos escritos .....	294
12. Exames por precatória .....	296
<b>Capítulo 41 — DO INTERROGATÓRIO.....</b>	<b>297</b>
1. Noções gerais.....	297
2. Necessidade .....	301
3. Oportunidade .....	305
4. Caracteres .....	305
5. Faculdade de não responder.....	306
6. Não participação da Defesa .....	309
7. Conteúdo.....	319
8. Corréus .....	320
9. Oralidade .....	320
10. Acusado menor .....	321
11. Confissão .....	321
12. Força probatória da confissão .....	322
13. Divisão.....	324
14. Espontaneidade .....	325
15. Retratabilidade.....	326
16. Divisibilidade.....	326
17. Confissão ficta .....	327
<b>Capítulo 42 — OFENDIDO E TESTEMUNHAS.....</b>	<b>329</b>
1. Conceito de ofendido ou vítima.....	329
2. Ofendido e testemunhas. Sanções.....	331
3. O ofendido presta compromisso?.....	333
4. Valor probatório da palavra do ofendido.....	335



5. Conceito de testemunha .....	337
6. Fundamento da prova testemunhal.....	338
7. Valor probatório .....	338
8. Classificação .....	342
9. Caracteres do testemunho .....	344
10. Oralidade .....	345
11. Objetividade.....	346
12. Retrospectividade.....	346
13. Capacidade.....	346
14. Dever de depor.....	348
15. Exceções ao dever de depor.....	348
16. Subdeveres .....	354
17. Comparecimento .....	354
18. Exceções ao dever de comparecer.....	355
19. Sanções .....	358
20. Dever de prestar compromisso.....	361
21. Ausência de compromisso .....	363
22. Importância do compromisso.....	364
23. Providências que se tomam quando a testemunha depõe fal- samente .....	367
24. Depoimento: verificação de identidade; verificação de possível vinculação com as partes; advertência e objeto concreto do de- poimento .....	371
25. Número de testemunhas.....	375
26. Oportunidade para arrolar testemunhas .....	376
27. Contradita e arguição de defeito .....	377
28. Contradita .....	377
29. Arguição de defeito.....	378
<b>Capítulo 43 — RECONHECIMENTO, ACAREAÇÃO E DO- CUMENTOS.....</b>	<b>379</b>
1. Do reconhecimento de pessoas e coisas.....	379
2. Procedimento .....	382
3. Reconhecimento de coisas .....	384
4. Da acareação.....	384
5. Procedimento .....	385

6. Qual o valor das acareações?.....	387
7. Dos documentos.....	388
8. Documentos em sentido estrito.....	389
9. Documentos e instrumentos. Instrumentos e papéis .....	390
10. Classificação dos documentos .....	392
11. Momento para a apresentação.....	395
12. Quais os documentos que podem ser apresentados?.....	396
13. Providência do Juiz.....	396
14. Autenticidade.....	397
15. Documentos em língua estrangeira .....	398
16. Desentranhamento.....	398
17. Dos indícios .....	399

**Capítulo 44 — DA BUSCA E APREENSÃO .....** 407

1. Noção geral.....	407
2. Oportunidade .....	408
3. Iniciativa .....	408
4. Sujeito ativo .....	408
5. Sujeito passivo .....	409
6. Busca domiciliar .....	409
7. Inviolabilidade do domicílio .....	409
8. Noção de domicílio.....	412
9. Finalidade .....	413
10. Apreensão de cartas .....	413
11. A enumeração feita pelo § 1º do art. 240 do CPP é taxativa?.....	415
12. Condição de legitimidade .....	415
13. Necessidade de mandado .....	416
14. Quando se procede às buscas e apreensões domiciliares? .....	417
15. Como se procede às buscas domiciliares? .....	419
16. Busca sem mandado.....	419
17. Busca com mandado .....	421
18. Busca pessoal.....	423
19. Finalidade .....	424
20. Quem pode realizá-la? .....	424
21. Haverá necessidade de mandado?.....	425
22. Busca em mulher .....	426

23. A documentação .....	426
24. Poderá ser realizada a busca no escritório do Advogado?.....	426
25. E nas repartições públicas?.....	428
26. Apreensão em território sujeito a jurisdição alheia.....	429
<b>Capítulo 45 — DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA .....</b>	<b>431</b>
1. Conceito.....	431
2. A prisão e as medidas cautelares .....	432
3. Prisão-pena e prisão sem pena.....	436
4. A prisão-pena.....	436
5. As penas previstas no nosso Código Penal .....	441
6. A prisão-pena nas contravenções .....	447
7. Prisão na Lei de Imprensa.....	447
8. Prisão-albergue .....	447
9. Prisão sem pena .....	448
10. A prisão cautelar de natureza processual .....	450
11. Princípios constitucionais .....	451
12. Disposições gerais .....	454
13. A autoridade competente .....	455
14. A ordem escrita.....	457
15. Duplicata.....	460
16. Prisão realizada por mandado .....	461
17. Prisão solicitada por precatória.....	461
18. Prisão na hipótese de urgência.....	462
19. Prisão em outra comarca.....	463
20. Custódia.....	464
21. Perseguição material .....	464
22. Realização da prisão por mandado .....	464
23. Momento para a realização da prisão.....	465
24. Inviolabilidade do domicílio .....	466
25. Uso da força.....	470
26. Prisão especial .....	474
27. Interpretação restritiva .....	482

Capítulo 46 — <b>DA PRISÃO EM FLAGRANTE</b> .....	487
1. Origem da palavra <i>flagrante</i> .....	487
2. Fundamento atual.....	488
3. Fundamento anterior .....	490
4. O flagrante no Direito anterior .....	493
5. Natureza jurídica.....	493
6. Sujeito ativo.....	496
7. Sujeito passivo.....	497
8. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e nas hipóteses de ação privada.....	501
9. Flagrante nas contravenções .....	502
10. Espécies de flagrante .....	503
11. Diferenças entre as modalidades de flagrante.....	506
12. Infrações permanentes e habituais .....	508
13. O auto de prisão em flagrante: formalidades, importância das formalidades, prazo para a lavratura do auto.....	510
14. A nota de culpa.....	519
15. Comunicação da prisão.....	520
16. Infração praticada em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções.....	521
17. Prisão efetuada fora do <i>locus delicti</i> .....	524
18. Concessão da liberdade provisória.....	524
19. Poderá a Autoridade Policial relaxar a prisão? .....	531
20. Flagrante preparado .....	532
21. Flagrante protelado .....	533
22. Flagrante forjado.....	534
Capítulo 46-A — <b>DA PRISÃO TEMPORÁRIA</b> .....	535
1. Introdução .....	535
2. Quem pode decretar a prisão temporária? Qual o seu prazo de duração? .....	537
3. Em que hipóteses se admite a prisão temporária? .....	538
4. Os requisitos da cautelaridade .....	540
Capítulo 47 — <b>DA PRISÃO PREVENTIVA</b> .....	543
1. Noções gerais.....	543

2. Fundamento da prisão preventiva.....	545
3. Pressupostos.....	547
4. Autoridade para decretá-la.....	548
5. Circunstâncias que autorizam a preventiva segundo o CPP vigente	550
6. Momento para a decretação.....	564
7. Quem poderá requerer a medida? .....	567
8. As hipóteses legais.....	568
9. Fundamentação.....	569
10. Recursos.....	572
11. Proibição.....	573
12. Preventiva nas contravenções.....	574
13. Revogação.....	575
<b>Capítulo 48 — DA PRISÃO DOMICILIAR.....</b>	<b>577</b>
<b>Capítulo 49 — DAS OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES .....</b>	<b>579</b>
<b>Capítulo 50 — DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....</b>	<b>585</b>
1. Generalidades .....	585
2. Sucedâneos da prisão provisória.....	591
3. A prisão domiciliar.....	594
4. A liberdade provisória com ou sem fiança.....	596
5. Conceito de liberdade provisória .....	596
6. Fundamento .....	597
7. Antecedentes.....	597
8. Liberdade provisória.....	599
9. A liberdade provisória sem fiança, mas vinculada.....	599
10. As hipóteses de liberdade provisória vinculada sem fiança.....	602
11. O parágrafo único do art. 310 do CPP.....	602
12. Restrições legais .....	603
13. Obrigações .....	603
14. Recurso.....	603
15. Réu pobre.....	604
16. A pronúncia nos crimes afiançáveis.....	605
17. Liberdade provisória mediante fiança. As hipóteses legais.....	606
18. Conceito de fiança .....	613

19. Finalidade .....	614
20. É definitiva a fiança? .....	614
21. Momento para a prestação .....	614
22. Quem pode prestá-la? .....	615
23. As obrigações do afiançado .....	616
24. Limites da fiança .....	618
25. Extinção da fiança.....	623
26. Quebramento.....	624
27. Quem pode decretar o quebramento? Recurso.....	624
28. Consequências .....	625
29. Destino da fiança .....	626
30. Liberdade provisória, mesmo quebrada a fiança.....	626
31. Perdimento da fiança .....	626
32. Consequência.....	627
33. Recurso .....	627
34. Cassação da fiança.....	627
35. Consequência.....	627
36. Recurso .....	628
37. Fiança sem efeito.....	628
38. Reforço .....	629
39. Autoridade competente para julgar a fiança sem efeito .....	630
40. Absolvição .....	630
41. Extinção da punibilidade .....	630
42. Condenação.....	631
43. Execução.....	631
44. Abolição da fiança .....	631

## APÊNDICE

Resolução n. 137, de 13-7-2011 (CNJ) .....	637
Portaria n. 26, de 14-8-1990.....	643
BIBLIOGRAFIA.....	649